



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 15/10/2021
(40ª REUNIÃO)

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça e Coordenador da Força-Tarefa da Educação (MPE/RO); Julian Imthor Farago, Promotor de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial Cível – GAECIV; Eliriane dos Anjos da Silva Albuquerque, servidora do Ministério Público de Rondônia; Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em Rondônia (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-Influenza e representante da Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA/RO); Luciano Farias, representando a Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Agenor Fernandes de Souza, Conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Deputado Elcirone Moreira Deiró e sua Assessora de Gabinete, Sra. Edna Okabayashi; Ismar Barbosa Cruz e Arthur Paku Ottolini Balbani, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Bruno Botelho Piana, Auditor de Controle Externo do TCE-RO; Gláucia Negreiros, Secretária Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Fabiana Portilho, Secretária Municipal da Educação de Urupá/RO; Marcilene Rodrigues da Silva Souza, Secretária Municipal da Educação de Pimenta Bueno/RO; Ajaj Alabi, Secretário Municipal da Educação de Corumbiara/RO; Eni Pereira da Silva, Secretária Municipal da Educação de Nova União/RO; Acássia Falcão Metzker Oliveira, Secretária Municipal da Educação de Cacaulândia/RO; Angela Aparecida Zampiva da Silva, integrante da Semed do Município de São Miguel do Guaporé/RO; Louise do Nascimento Salvador, gestora da Semed do Município de Porto Velho/RO; Vilanei Pinheiro, integrante da Semecel do Município de Jaru/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação de Luiza Andrade Correa, Coordenadora de Advocacy do Instituto Rodrigo Mendes, e Sandra Valéria de Souza, Maria Lúcia Ferreira, Eliziane Damiana Guerra e Flaviana Tertuliana, mães de crianças especiais.

1) O que foi discutido

Presidida pelo Dr. Ismar, inicia-se a reunião. Após breves apontamentos, passa-se ao primeiro ponto da pauta: a Educação Inclusiva, sendo indicado o Deputado Cirone para início das apresentações sobre o tema. Registre-se também a participação de mães que falarão sobre suas experiências com seus filhos na educação inclusiva.

O Deputado CIRONE começa sua fala cumprimentando a todos. Faz uma breve introdução discorrendo sobre a importância e o necessário avanço desse tema na comunidade geral. Destaca que desde o início de seu mandato busca fortalecer essa demanda, visto sua indispensabilidade, procurando trazer a pauta ao Gabinete no sentido de atingir encaminhamentos para a educação inclusiva. Recita um pequeno texto contextualizando o ponto, e informa que convidou algumas mães para falar sobre o assunto, compartilhando suas histórias sobre a falta de políticas públicas para suas crianças.

A palavra é passada para a Sra. MARIA LÚCIA, domiciliada na cidade de Cacoal/RO, que agradece o convite. Fala sobre as dificuldades enfrentadas, e que não são devidamente supridas pelo poder público, principalmente relacionadas à falta de espaço nas escolas e de profissionais adequados, além das negativas de matrículas pelas próprias escolas para acolher seu filho. Destaca que há um número elevado de casos de autismo no Estado de Rondônia, e que essas crianças precisam ser atendidas; todas elas

conseguem aprender, desde que de forma adequada.

A Sra. ELIZIANE DAMIANA, mãe domiciliada na cidade de Buritis/RO, conta sua luta com seu filho, tendo em vista que a escola opunha-se a aceitá-lo, dificultando seu acesso ao convívio social. Informa que, infelizmente, as escolas não estão e nunca estiveram preparadas para incluir alunos especiais em suas dependências, destacando que, mesmo após decisão judicial para matricular seu filho, as coisas não mudaram com relação ao seu tratamento, sendo a discriminação um evento cotidiano.

Sendo novamente convidada a participar da reunião de forma ativa, a Sra. FLAVIANA TERTULIANA, representante do Movimento Mães Coragem, domiciliada no município de Porto Velho/RO, traz um pouco de sua perspectiva e lutas com seus filhos. Frisa que a Educação Inclusiva não trata apenas do aluno, mas também dos cuidados com a família, atingindo a sociedade como um todo. Pensa que, apenas quando houver uma intersectorialidade maior entre a assistência social, saúde e educação, a Educação Inclusiva terá efetivo sucesso. Destaca ainda a necessidade da oferta de profissionais adequados dentro do contexto escolar, aproveitando para enfatizar que a escola não se adequa ao aluno especial, mas o aluno se obriga a se encaixar nos padrões da escola, o que dificulta seu aprendizado.

Sendo passada a palavra à Dra. LUIZA, representando o Instituto Rodrigo Mendes, esta agradece o convite, e inicia sua fala destacando que a inclusão ainda possui problemas práticos, e a solução são políticas públicas efetivas voltadas ao tema. A decisão correta não é segregar e separar esses alunos, retroagindo socialmente, mas procurar soluções para integrar todos de forma conjunta. Aproveita para compartilhar sua tela e apresentar as funções e iniciativas do Instituto Rodrigo Mendes no tema da educação inclusiva, na busca pela igualdade dos direitos. Traz ainda informações sobre as matrículas e a acessibilidade dos alunos alvos da educação especial, compartilhando também um vídeo sobre a realidade dessa temática.

Aberto para debates, o Conselheiro AGENOR pede a palavra e fala sobre a fiscalização das medidas nas escolas, citada em uma das falas das mães. Destaca que o Conselho da Educação não possui essa função fiscalizatória, mas que não deixam de apurar as denúncias, enviando-as ao Ministério Público. Fala um pouco das competências do Conselho, e sugere que os direitos das crianças especiais devam ser melhor divulgadas para o conhecimento das mães que precisam de amparos. Frisa-se ainda que o Conselho está à disposição para ajudar no que for necessário.

Passada a palavra ao Dr. JULIAN, aponta-se a necessidade de se trazer essa pauta principalmente ligada aos profissionais para atendimento dessa demanda. Em conjunto com falas anteriores, indica a dinâmica que vem sendo dada pelo Ministério Público para melhorar os fluxos de atendimento médico, visando uma ligação entre os setores (saúde, assistência social e educação), também voltadas à identificação das crianças que precisam de atendimentos especiais. Destaca-se que o órgão se encontra também à disposição para eventuais necessidades.

A Sra. MARIA LÚCIA pede a palavra para trazer as dificuldades dos professores em salas de aulas quando da aplicação dos métodos de Atendimento Especializado (AE). Destaca que não falta aprendizado para esses profissionais, mas sim da generalização desses ensinamentos a todos os professores. A Dra. LUIZA se manifesta para destacar que há diversos cenários nas escolas, e que raramente se observa a falta de motivação e estudo dos educadores, principalmente os voltados ao AE. Traz que o Instituto, em suas formações, busca passar conhecimentos a todos os educadores, através de uma atuação concomitante aos dedicados ao AE e aos gerais, de forma colaborativa. É necessário retirar as amarras que dificultam o processo, e tornar o ensino efetivo e conjunto.

A Prof.^a RITA pede a palavra para trazer a perspectiva da falta de incentivo aos profissionais da área da educação, destacando a falta de preparo dos educadores ao não acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, nos alunos. E isso também dificulta o atendimento das crianças especiais. Frisa a importância da devida alocação de recursos humanos para o professor, e a articulação da rede para atendimento de acordo com a realidade. Reforça ainda o incentivo que deve haver por parte dos gestores, endereçando os recursos necessários para o atendimento da demanda.

O Presidente PAULO CURI se manifesta para trazer que o Tribunal de Contas está se mobilizando para apoiar essa frente por meio de fiscalizações, propagadas a partir do próximo ano.

A Sra. SANDRA VALERIA pede para se manifestar e lembra que também se precisa olhar para as

universidades, aproveitando para pedir a sensibilização dos gestores em relação à educação inclusiva nesse ambiente. Agradece as ações protagonizadas pelo Deputado Cirone, e frisa que a máquina precisa engrenar de forma coletiva, buscando uma especialização maior principalmente para os profissionais educacionais. O Sr. ARTHUR pede a palavra e fala que a questão transcende a sala de aula, necessitando do apoio do gestor, destinando os recursos necessários. Há que se haver também uma sensibilização por parte do Poder Judiciário, visto que as demandas no âmbito judicial criam uma percepção de gastos a mais nas escolas e de prejuízo aos alunos, o que é extremamente equivocado.

Passa-se a palavra ao Deputado CIRONE para encerramento do ponto, que agradece o convite para participação no Gabinete. Destaca a ausência do Secretário Suamy, sugerindo que a ata da reunião seja enviada à Casa Civil e à Secretaria de Educação. Frisa, ainda, a necessidade de se inovar na educação, havendo maior iniciativa por parte dos gestores para o planejamento das devidas ações. Agradece a participação de todos.

O Dr. ISMAR agradece a participação e narrativa de todas as mães, além das demais falas sobre o tema. Avança-se ao próximo ponto da pauta, a respeito dos desafios ao retorno das aulas presenciais.

A Presidente LUSLARLENE é indicada para falar sobre os três municípios que não possuíam previsão de retorno às aulas presenciais, além de informações sobre o não retorno de algumas escolas da rede estadual. Ela cumprimenta os presentes, e fala sobre as visitas ocorridas na data do dia 13/10 junto com a Secretária Marcilene: no município de São Felipe do Guaporé, após conversar com a Secretária de Educação Cleide e demais agentes da Secretaria, esclarecendo dúvidas e eventuais dificuldades, estabeleceu-se o retorno presencial para o dia 25 de outubro (alunos do ensino fundamental) e 08 de novembro (ensino infantil e creches); em Parecis, sendo recebida pela Secretária Nilva e equipe técnica, além do Prefeito, verificou-se que não há previsão para retorno ainda neste ano, decisão envolvendo um quadro concreto apoiado pelos demais setores da sociedade municipal (saúde e população), e que só retornarão com as aulas após obrigatoriedade dos órgãos de controle, muito por causa do índice de contaminação na cidade e a falta de hospitais na região para atendimento da população; no município de Alto Alegre dos Parecis, após conversas com a Secretária Valdineia e o Prefeito, que também não pretendiam retornar nesse ano, decidiram retornar presencialmente a partir do dia 03 de novembro, decisão influenciada também pelo apoio dos professores ao retorno.

Destaca ainda que se colocou à disposição para os municípios visitados, contando as experiências tidas com o retorno presencial. Frisa ainda a importância de se dar visão pelos órgãos de controle ao retorno presencial dos alunos, havendo responsabilização das famílias com o não atendimento da volta. Aproveita para dizer que dos três mencionados municípios, dois deles não retornaram presencialmente com a rede estadual – as comarcas de Parecis e São Felipe do Guaporé.

A Secretária MARCILENE pede a palavra para se colocar à disposição para eventuais necessidades, tanto dos municípios visitados junto com a Presidente Luslarlene quanto para outras visitas a outras comarcas. Aproveita para informar que Pimenta Bueno começará um movimento para atender todos os alunos de forma presencial, destacando os procedimentos para algumas demandas.

Após manifestações parabenizando o trabalho feito pela Presidente Luslarlene e pela Secretária Marcilene, o Dr. ISMAR retoma a palavra para um ponto aberto na reunião passada, a respeito da formação do grupo de trabalho que trará informações sobre os alunos que mudam da rede municipal para a rede estadual. Sugere que sejam indicados membros para frente desse trabalho, levantando pontos sobre o que deve ser feito e os principais desafios enfrentados, buscando facilitar o processo da troca. Foram designados a Secretária Marcilene, a Secretária Gláucia, a Prof.^a Rita e o Sr. Arthur para relacionar o tema. O Sr. ISMAR aproveita ainda para pedir que sejam indicados coordenadores para cada grupo de trabalho, evitando confusões a respeito de quem apresentará as informações levantadas.

Apontamentos sobre os municípios são feitos a respeito da troca de redes.

Passa-se ao próximo ponto da pauta, sobre as questões administrativas referentes às discussões estruturantes da educação infantil. A Presidente LUSLARLENE assume a palavra novamente para informar que um questionário eletrônico será disponibilizado aos Secretários Municipais para juntar as informações sobre a paralização das obras, visando angariar dados individuais e mais certos sobre cada município. Traz dados levantados com os secretários, informando que o questionário abordará questões mais diretas,

como o porquê se encontra paralisado. Informa que na próxima reunião serão apresentados os resultados obtidos. O Dr. ISMAR retoma para destacar que, a partir desse levantamento, o Gabinete poderá pensar de que maneira apoiar os gestores no sentido de impulsionar as obras, através de uma articulação com os responsáveis. Dúvidas sobre o questionário são tiradas.

Direcionando-se ao último ponto da pauta, a respeito das atualizações sobre a conectividade, não há representantes da Seduc presentes na reunião, encontrando-se o tema prejudicado. E com relação às novidades sobre os monitoramentos municipais, o Dr. ISMAR inicia o ponto destacando a desmotivação que vem ocorrendo, com a diminuição da frequência das visitas. Exorta a Undime e a Arom para que incentivem a continuação do trabalho, contribuindo para o progresso e preparação das escolas por meio das avaliações das comissões municipais. Informa a pendência de um ofício a ser minutado pelo Gabinete, buscando apoiar as comissões municipais que estão com problemas na execução de suas ações, e pede que a Seduc traga quais são os municípios que carecem desse apoio, para dar maior efetividade ao ofício. A Secretária GLÁUCIA pede a palavra e fala sobre as experiências e dificuldades no município com o monitoramento. O Dr. ISMAR aproveita o relato para pedir aos membros do Gabinete (DPE, MP, TCE, etc.) para que indiquem servidores visando apoiar as ações das comissões.

Ainda, encaminhando-se para fim da reunião, o Dr. ISMAR sugere que a pauta da educação inclusiva, aliada à acessibilidade, seja um tema internalizado no Gabinete, visando uma sensibilização cotidiana dos membros e demais participantes, homenageando as narrativas expostas. Após alguns apontamentos para adequar questões técnicas da reunião, também com o adiamento do encontro para a data de 05/11 devido ao feriado, a reunião é encerrada.

2) O que ficou deliberado

Foram definidos como pontos de pauta para a próxima reunião, agendada para 05/11/2021, às 14 horas:

1. Apresentação da Sra. Marise De Lucca, a respeito do Medidor Escola Conectada (qualidade da internet na escola);
2. Prosseguimento das discussões estruturantes acerca da Educação infantil: Grupo de trabalho sobre as questões administrativas – resultado do levantamento feito pela Undime, indicando as medidas e quem deve ser provocado para solucionar os problemas identificados;
3. Os desafios do retorno das aulas presenciais, com um cenário de volta obrigatória na rede estadual;
4. Evolução das estratégias de monitoramento dos protocolos das comissões municipais, e as atualizações sobre a conectividade.

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por Caroline Batista Batisti, estagiária do TCE-RO, Matrícula n. 771045, revisada e assinada por Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, Matrícula n. 321.

O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Assistente de Gabinete**, em 21/10/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0345019** e o código CRC **368D50BA**.